



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Reclamação n.º 4/2023, em que é reclamante **Dénis de Jesus Delgado Furtado** e entidade reclamada o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 131/2023

I - Relatório

1. **Dénis de Jesus Delgado Furtado**, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 51/2023, de 29 de março, proferido pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, que não admitiu o recurso de fiscalização concreta da constitucional dirigido ao Tribunal Constitucional, vem nos termos do n.º 1 do artigo 84.º da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, apresentar a presente Reclamação, com base na seguinte fundamentação:
 - 1.1. Desde o primeiro momento suscitou, no processo, a inconstitucionalidade da interpretação de vários artigos que foram interpretados e aplicados de forma *desajustada com a constituição*;
 - 1.2. Desde o início se insurgiu contra o facto de o recurso que interpôs para o Tribunal da Relação de Sotavento e para o Supremo Tribunal de Justiça ter sido julgado em conferência, em vez de o ter sido em audiência pública;
 - 1.3. Pediu a reparação dos direitos fundamentais, tanto no recurso que interpôs junto do Tribunal da Relação de Sotavento, como naquele outro que dirigiu ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça;
 - 1.4 . O Supremo Tribunal de Justiça não admitiu o seu recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por entender que este era manifestamente infundado, tendo para o

efeito invocado o disposto na parte final do n.º 3 do artigo 83.º da Lei do Tribunal Constitucional;

1.5. Para o Reclamante, uma coisa é o Tribunal *a quo* não concordar com os fundamentos que apresentou no seu requerimento de interposição de recurso de controle concreto da constitucionalidade, coisa diferente é não admitir um recurso quando este não dispõe de fundamentação alguma, o que não se verifica no caso em apreço. O Supremo Tribunal de justiça não terá gostado dos fundamentos que aduziu, o que considera normal. A normal, porém, é não admitir o recurso, violando assim os direitos fundamentais do reclamante, bem como os princípios da isenção, transparência e imparcialidade.

1.6. A interpretação que o Tribunal reclamado adotou violou os direitos fundamentais do reclamante, mormente, *a presunção de inocência, contraditório, recurso, ampla defesa e direito a um processo justo e equitativo, artigos 22º, 35º, todos da CRCV e 5º e 77º nº 1, al. h), todos do CPP.*

1.7. Segundo o Reclamante, não cabia ao Tribunal reclamado aferir sobre o mérito do recurso, ou seja, *não pode jogar e apitar ao mesmo tempo, por estarmos num Estado de Direito Democrático, isto, porque o tribunal reclamado, não obstante ter afirmado ser o seu recurso manifestamente infundado, deu-se ao trabalho de rebater os fundamentos apresentados, o que demonstra que se pronunciou sobre o mérito do mesmo.*

1.8. Apesar de ter elencado as normas jurídicas violadas ao longo do processo e ter dado ao Tribunal reclamado *a oportunidade de salvaguardar a constituição, mesmo assim decidiu em omitir com o seu papel de fazer a justiça de forma isenta, imparcial e com equidade.*

1.9. Resumiu o seu recurso, segundo a sua própria dicção, em três pilares:

A - *Do julgamento em conferência e não em audiência contraditória e publicidade da audiência, artigos 461º, 463º e 464º, 10º, 110º, todos de CPP e 35º, nº 9, da CRCY, da CRCV;*

B) Competência do Tribunal para julgar o processo em caso de reenvio para o novo julgamento, artigos 31º, 35º e 470º, nº 2, do CPP, 211º e 217º, todos da CRCV.

C) Declaração do processo como sendo de especial complexidade sem audiência prévia do recorrente e legitimidade do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina em aumentar o prazo de prisão preventiva de vinte para vinte e quatro meses, quando esta fase era reservada ao Tribunal da Relação de Sotavento, artigos 3º, 3º, 77º, nº 1, al. a) e b), 279º, nº 1, al. d), todos do CPP e 22º, 29º, 31º, 35º, nº 1, 6 7, 211º e 217, todos da CRCV, bem como o princípio de juiz natural, artigos 11º e 31º, todos do CPP.

1.20. Por uma questão de economia processual, como diz, remete para os fundamentos constantes do requerimento de interposição de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade que foi tempestivamente depositado e devidamente fundamentado;

1.21. Sintetizou o seu arrazoado, formulando as seguintes conclusões:

A). O reclamante suscitou as questões de constitucionalidade perante o TRS e junto do tribunal reclamado, mesmo assim decidiram interpretar e aplicar as normas contaria a constituição.

B). Ou seja, deixaram de cumprir com o papel de fiscalizadores da legalidade e de cumprir e fazer cumprir a constituição.

C). isto, porque as questões suscitadas, mormente:

D). “Julgamento em conferência e não em audiência contraditório e publicidade da audiência, artigos 461º, 463º e 464º, 10º, 110º, todos do CPP e 35º, nº 9, da CRCV, da CRCV”;

E). “Competência do Tribunal para julgar o processo em caso de reenvio para novo julgamento, artigos 31º, 35º e 470º, nº 2, do CPP, 211º e 217º, todos da CRCV”;

F). “Declaração do processo como sendo de especial complexidade sem audiência prévia do recorrente e legitimidade do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina em aumentar o prazo de prisão preventiva de vinte para vinte e quatro meses, quando esta

fase era reservado ao Tribunal da Relação de Sotavento, artigos 3º, 5º, 77º, nº 1, al. a) e b), 279º, nº 1, al. d), todos do CPP e 22º, 29º, 31º, 35º, nº 1,6 e 7, 211º e 217, todos da CRCV, bem como o princípio de juiz natural, artigos 11º e 31º, todos do CPP”.

G). Todas essas questões foram devidamente fundamentadas, sem contar que seriam dado outro tipo de tratamento a quando da apresentação das alegações escritas do recurso.

H). Tivesse o tribunal recorrido dúvidas quanto ao alcance do recurso do reclamante, tinha o poder de pedir o aperfeiçoamento, o que não fez, violando com isso os direitos fundamentais do reclamante.

I). Que sempre deu ao TRS e tribunal reclamado a oportunidade para pronunciarem sobre as questões constitucionais, mas mesmo assim decidiram legitimar as ilegalidades praticados pelo Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina e não só.

J). Não obstante do tribunal reclamado ter rejeitado o recurso por falta de fundamento bastante, conforme podemos ver, atacou todos os fundamentos apresentado, o que é contraditório.

K) E não pode o tribunal reclamado ignorar os requisitos e pressupostos de admissibilidade, que no caso dos autos estão devidamente preenchidos, para rejeitar o recurso com fundamentos que não corresponde a verdade e não tem qualquer nexos com os presentes autos.

L). Assim sendo, O acórdão que ora se reclama deve ser alterado, por uma outra que admite o recurso, uma vez que o recurso tempestivo, o reclamante tem legitimidade e suscitaram questão de inconstitucionalidade no processo de forma adequada e requerimento de recurso encontra-se devidamente fundamentado.

1.23. E termina a sua Reclamação com o pedido construído nos seguintes termos:

A) - Ser admitido, por ser legalmente admissível, nos termos do nº / do artigo 84, da Lei nº 56/VI/2005, de 28 de fevereiro.

B) - Ser julgado procedente e, conseqüentemente, revogado o acórdão datado de 29/03/2023, do Presidente do Tribunal da Relação de Sotavento, com as legais conseqüências;

C). Ordenar que o requerimento de interposição do recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade seja admitido.

2. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o seu douto parecer no qual considerou que:

“O acórdão n° 51/2023 do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) indeferiu o recurso interposto, considerando-o manifestamente infundado, por lhe faltar o pressuposto indicado no artigo 83°, n° 3, in fine da LOFTC.

É desse acórdão que se reclama para o Tribunal Constitucional, alegando e concluindo que o STJ não o podia rejeitar, uma vez que foi tempestivo, o reclamante tem legitimidade e as questões de constitucionalidade foram suscitadas de forma adequada, encontrando-se o requerimento bem fundamentado.

Ora, a presente reclamação vem interposto ao abrigo do artigo 281°, n° 1, alínea b) da CRCV e também artigos 75°, 76° e 77° da LOFTC.

Os recursos interpostos ao abrigo desses dispositivos legais devem reunir determinados pressupostos exigidos pela lei - artigos 76° n° 2 e 77° n° 1 alínea b) e 2 da LOFTC, e que se reconduzem as seguintes exigências:

- A inconstitucionalidade da norma ter sido previamente suscitada pelo recorrente durante o processo;

- Perante o tribunal que proferiu a decisão recorrida;

- A norma cuja inconstitucionalidade foi suscitada tenha sido aplicada pela decisão recorrida, constituindo assim um dos seus fundamentos normativo;

- Tenham sido esgotadas todas as vias de recurso ordinário,

Por conseguinte, serão aquelas, pois, as situações em que é legítimo admitir-se um recurso de fiscalização concreta de constitucionalidade.

Estabelecidos os pressupostos, vejamos agora, se todos se encontram verificados no caso em apreço.

Importa, pois, densificar doutrinária e jurisprudencialmente o alcance e sentido do recurso de fiscalização concreta de constitucionalidade que tenha por objeto a aplicação de normas cuja inconstitucionalidade tenha suscitado no processo.

Decorre também do artigo 281º, n.º 1 alínea b) da Constituição da República que apenas as normas poderão ser objeto de fiscalização concreta de constitucionalidade, pelo que não poderão ser objeto de fiscalização uma decisão judicial. Contudo, apenas as normas jurídicas que tiverem sido interpretadas e aplicadas pelo tribunal na decisão, poderão ser objeto de fiscalização concreta de constitucionalidade, ou seja, apenas as normas que tiverem sido efetivamente aplicadas e serviram de base para decisões poderão ser objeto deste recurso.

Assim, apenas poderá fazer sentido que o Tribunal Constitucional conheça da constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma norma, que expressa ou implicitamente foi aplicada, quando o juiz a quo tenha feito um juízo sobre a constitucionalidade de uma norma que fundamentou a sua decisão, de modo a poder alterar ou confirmar o sentido e alcance que atribuiu a uma norma jurídica.

Guilherme da Fonseca e Inês Domingos, perante norma similar ao do artigo 77º n.º 2 da LOFTC dizem que “Arguir a questão da inconstitucionalidade «durante o processo» significa que ela tenha sido levantada enquanto a causa se encontra «pendente», ou seja, antes de o tribunal recorrido ter proferido a decisão final.

in casu, cremos não estar, de todo preenchido o requisito referente ao pedido ter sido suscitado perante o tribunal que proferiu a decisão recorrida, não se descortina que o recorrente tenha, sequer, enunciado os passos da decisão recorrida em que, segundo o seu entendimento, a mesma teria procedido a aplicação daquelas normas na interpretação reputada inconstitucional.

Concordando com os fundamentos aduzidos no Acórdão n.º 51/2023 de STJ, “...o recorrente invoca a al. b) do art.º77.º da lei em alusão, porém as suas motivações nada têm a ver com uma suposta aplicação pelo STJ ou de qualquer um dos Tribunais de 1.ª e 2.ª instâncias de normas ou resoluções de conteúdo material normativo individual e concreto cuja inconstitucionalidade haja sido suscitada por ele durante o processo”.

Nesse pressuposto, não se pode deixar de concluir que não estamos em presença do requisito invocado pelo recorrente. Não se está, assim, perante uma das situações excecionais em que deveria ser admitido o recurso.

Por todo o exposto entendemos que a presente reclamação não deve ser admitida.”

3. Conforme o n.º 2 do artigo 84.º da Lei do Tribunal Constitucional, o processo seguiu com vista aos Venerandos Juízes Conselheiros que apuseram as respetivas assinaturas nos autos.

4. O julgamento foi marcado e realizou-se no dia 27 de julho de 2023, tendo sido adotada a decisão com a fundamentação que se segue.

II- Fundamentação

5. A presente Reclamação impugna a decisão que não admitiu o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, por ter sido considerado manifestamente infundado, nos termos do n.º 3 do artigo 83.º da Lei do Tribunal Constitucional, conforme o Acórdão n.º 51/2023, de 29 de março.

6. O Tribunal Constitucional já dispõe de uma vasta jurisprudência sobre o procedimento que deve adotar quando aprecia uma reclamação por não admissão de um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade. Basta consultar, nomeadamente, os seguintes arestos:

O Acórdão 4/2017, de 13 de abril, Vanda Oliveira v. STJ, [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade], Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n. 27, 16 de maio de 2017, pp. 650-659; Acórdão 20/2019, de 30 de maio, Edílio Ribeiro da Cruz v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n. 79, 22 de

julho de 2019, pp. 1214-1223; Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1824; Acórdão 12/2020, de 16 de abril, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada], Rel: JP Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, n. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1786-1792; Acórdão 01/2021, de 12 de janeiro, Alex Saab v. STJ, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta [por não esgotamento dos recursos ordinários], Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, n. 25, 8 de março de 2021, pp. 832-836 e o Acórdão n.º 74/2023, de 9 de maio, proferido nos autos de Reclamação n.º 3/2023, em que foi reclamante António Varela Oliveira e entidade reclamada o Supremo Tribunal de Justiça, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 59, de 25 de maio de 2023.

Segundo o Acórdão n.º 74/2023, de 9 de maio, o Tribunal Constitucional *deve analisar os fundamentos decisórios da decisão reclamada, mas também que é livre para decidir definitivamente a respeito da admissão ou inadmissão de um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, pronunciando-se sobre as demais condições.* Assim, a técnica de aferição de reclamações por indeferimento de recurso de fiscalização concreta decorrentes de decisões tomadas por tribunais judiciais, impõe que o Tribunal Constitucional, primeiro, avalie, de forma prejudicial, se a reclamação pode ser admitida por estar debaixo de sua jurisdição, por ter sido interposta por quem tenha legitimidade e por ser oportuna e, naturalmente, se a própria petição preenche os requisitos formalmente exigidos pela lei; segundo, se o fundamento utilizado pelo órgão judicial recorrido para não admitir é idóneo a justificar a decisão; e, terceiro, se os demais pressupostos e requisitos de admissibilidade do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade estão também preenchidos.

7. No caso *sub judice*, não há dúvida que o Tribunal Constitucional é competente, o reclamante possui legitimidade e que a reclamação foi apresentada tempestivamente, atento o disposto no número 1 do artigo 599.º do Código de Processo Civil, aplicável *ex vi* do artigo 50.º da Lei do Tribunal Constitucional. Pois, o acórdão reclamado foi notificado ao mandatário do impetrante no dia 06 de abril de 2023 e a reclamação deu entrada na secretaria

do Supremo Tribunal de Justiça a 18 do mesmo mês e ano, ou seja, antes de ter decorrido o prazo de dez dias contados nos termos do artigo 137.º do CPC.

8. O acórdão posto em crise pela presente reclamação encontra-se fundamentado, no essencial, da seguinte forma:

“Dénis de Jesus Delgado Furtado, melhor identificado no processo, notificado do conteúdo do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, n.º 04/2023, datado de 30/01, inconformado, veio interpor recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, no seu dizer, “(...) nos termos dos artigos 281.º e 282.º da CRCV e 75.º 76.2 77.º al. b), 81.9, 82.º e 85.6 todos da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro (...)”.

Para tal, alega que o Tribunal recorrido julgou improcedente o recurso interposto por ele, por via de interpretação e aplicação de normas contrárias à Constituição e aos seus direitos fundamentais.

Nas suas palavras, de entre as quais:

- a) “Do julgamento em conferência e não em audiência contraditório e publicidade da audiência, artigos 461.º, 463.º e 464.º 10.º, 110.º todos do CPP e 35.2 n.º9, da CRCV.*
- b) Competência do Tribunal para julgar o processo em caso de reenvio para novo Julgamento, artigos 31.º, 35.º e 470.º, n.º2, do CPP, 211.º@ 217.º. todos da CRCV.*
- c) Declaração do processo como sendo de especial complexidade sem audiência prévia do recorrente e legitimidade do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina em aumentar o prazo de prisão preventiva de vinte para vinte quatro meses, quando esta fase era reservada ao Tribunal da Relação de Sotavento, artigos 3.º. 5º 77.º nº, al. a) e b), 279.º n.º1, al. d), todos do CPP e 22.º 29º 31º 35º nº 1, 6 e 7, 211º e 217º todos da CRCV, bem como o princípio de juiz natural, artigos 11.º e 31.º todos do CPP.”*

[...]

No entanto, conforme infere-se do acórdão em alusão, segmentos do recurso interposto pelo Recorrente foram rejeitados por extemporaneidade, falta de objeto e/ou fundamentação, caso julgado, falta de legitimidade e manifesta improcedência, sendo que apenas a questão alusiva a inadmissibilidade do julgamento do recurso (em sede de segunda instância) em audiência contraditória foi admitida e objeto de análise pelo STJ.

Conforme resulta do acórdão do STJ, porque em sede de alegações de recurso para o TRS o Recorrente não cumpriu com o estipulado no n.º 1 do art.º 463.º do Cód. Proc. Penal, que impõe que aquele que recorre tem a obrigação de indicar, nas alegações ou contra-alegações, os pontos concretos (de facto e/ou de direito) que pretende ver debatidos em sede de audiência contraditória no tribunal “ad quem”, o Supremo decidiu (tal como tinha sido entendimento do Tribunal recorrido) que essa sua pretensão não poderia ser atendida nessa segunda instância. Ao certo, o julgamento do recurso no TRS não poderia ser realizado em audiência contraditória, mas sim em conferência, uma vez que o Recorrente não havia cumprido com o que lhe impunha a legislação processual penal para poder fruir dessa prerrogativa.

Na sequência disso, o STJ asseverou que tendo sido isso o ocorrido e decidido pela segunda instância, não se poderia falar de violação dos invocados direitos fundamentais e formalidades de julgamento de recurso, de entre eles, o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Por aqui infere-se que, ao contrario do alegado pelo Recorrente, em momento algum o STJ interpretou e/ou aplicou normas contrárias à Constituição e aos seus direitos fundamentais. Alias, em momento algum o Recorrente disse sequer qual foi a interpretação feita pelo STJ ou pelos anteriores Tribunais que e seja contrária à Constituição e aos seus direitos fundamentais. Outrossim, em momento algum disse quais foram as normas aplicadas que contrariam a Constituição e seus direitos fundamentais e em que consistem essas alegadas ofensas.

Aliás, sintomático de que o Recorrente não consegue identificar nenhuma violação a Constituição por parte do acórdão do STJ e até dos Tribunais que Ilhe estão abaixo é a técnica por ele utilizada, em que se limita a aventar uma série de normas da CRCV e do CPP para, em seguida, dizer que deve ser declarada a “(...) inconstitucionalidade da

interpretação levada a cabo pelo Tribunal recorrido referente às normas elencadas nas questões Jurídicas suscitadas (artigos 461.º, 463.º e 464.º, 10.º 110.º, todos do CPP; 35.º n.º 9, da CRCV: artigos 31.º 35.º e 470º n.º2, do CPP; 211.º e 217º todos da CRCV; 3.º 5º. 77º nº 1, al. a) e b), 279º nº 1, al. d), todos do CPP; e 22.º, 29º 31º 35º nº 1, 6, 7, 211º e 217.º, todos da CRCV: artigos 11º e 31º todos do CPP.”

A transcrição acabada de fazer do pretendido pelo Recorrente demonstra a ambiguidade da sua pretensão, não se sabendo sequer que inconstitucionalidade(s) invoca e a que propósito. Ao certo, não há uma concretização do pretendido e quais são os fundamentos de que serve. Menos ainda o Recorrente diz como é que o acórdão do STJ aplicou ou desaplicou de forma inconstitucional qualquer princípio ou norma da Constituição e/ou qualquer normativo do CPP.

[...]

Em suma, conforme resulta do recurso interposto para o TC, o Recorrente limita-se a invocar, sem concretizar o quer que seja, defender as suas posições sufragadas desde a primeira instância, tecer considerações e tirar ilações de supostas violações de princípios e normas constitucionais, sem concretizar, sobretudo, de que modo ocorreram essas invocadas violações. Mais, infere-se da sua exposição que ele se refere sobretudo a segmentos das suas alegações anteriores, mas que foram rejeitadas pelo STJ, conforme dito acima, devido a extemporaneidade, falta de objeto e/ou fundamentação, caso julgado, falta de legitimidade e manifesta improcedência.

Destarte, sendo manifestamente infundado, o presente recurso para o Tribunal Constitucional deve ser indeferido (art.º 83.º, n.º3, “in fine”, da Lei n.º 56/VI/2005, de 28/02).

“Em conformidade com os fundamentos vertidos na exposição antecedente, por ser manifestamente infundado, nos termos da parte final do n.º3 do art.º 82.º da Lei n.º56/VI/2005, de 28/02, os Juízes Conselheiros do STJ acordam no sentido de não admitir o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade interposto pelo Recorrente Dénis Furtado para o Tribunal Constitucional.”

9. De acordo com a técnica de avaliação das condições de procedibilidade da reclamação, necessário se mostra identificar o(s) fundamento(s) utilizado(s) pelo órgão judicial recorrido para não admitir o recurso e verificar se os motivos invocados são idôneos a justificar a decisão impugnada.

Segundo o acórdão reclamado, as questões sobre a *competência do Tribunal para julgar o processo em caso de reenvio para novo Julgamento, artigos 31.º, 35.º e 470.º, n.º2, do CPP, 211.º e arte. 217.º todos da CRCV e a declaração do processo como sendo de especial complexidade sem audiência prévia do recorrente e legitimidade do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina em aumentar o prazo de prisão preventiva de vinte para vinte quatro meses, quando esta fase era reservada ao Tribunal da Relação de Sotavento, artigos 3.º, 5.º 77.º n.º, al. a) e b), 279.º n.º1, al. d), todos do CPP e 22.º 29º 31º 35º n.º 1, 6 e 7, 211º e 217º todos da CRCV, bem como o princípio de juiz natural, artigos 11.º e 31.º todos do CPP”, ou seja, as mencionadas nas alíneas b e c) dos três pilares do seu requerimento, sequer foram objeto de qualquer apreciação por parte do Supremo Tribunal de Justiça, porque se considerou que foram rejeitados por extemporaneidade, falta de objeto e/ou fundamentação, caso julgado, falta de legitimidade e manifesta improcedência.*

Se o Supremo Tribunal de Justiça afirmou que não apreciado essas questões, não se entende em que medida teria aplicado os artigos mencionados nesses dois pilares, nem tão-pouco como é que essas disposições teriam sido interpretadas de forma contrária à Constituição.

Ainda que os tivesse aplicado, o reclamante não estaria isento do ónus de extrair deles normas precisas cuja aplicação em si ou o sentido com que tivessem sido aplicadas teria violado alguma norma ou princípio constitucional.

Improcedente, pois, a reclamação nesse segmento decisório.

10. No que se refere ao pilar que na perspetiva do reclamante se consubstancia na alínea a) “*Do julgamento em conferência e não em audiência contraditório e publicidade da audiência, artigos 461.º, 463.º e 464.º 10.º, 110.º todos do CPP e 35.2 n.º9, da CRCV, a Suprema Corte admitiu ter apenas analisado e decidido que o Recorrente não cumpriu com a injunção imposta pelo n.º1 do art.º 463.º do Cód. Proc. Penal, que impõe àquele que recorre a obrigação de indicar, nas alegações ou contra-alegações, os pontos concretos (de facto e/ou*

de direito) que pretende ver debatidos em sede de audiência contraditória no tribunal “ad quem”. o Supremo decidiu (tal como tinha sido entendimento do Tribunal recorrido) que essa sua pretensão não poderia ser atendida nessa segunda instância. *Ao certo, o julgamento do recurso no TRS não poderia ser realizado em audiência contraditória, mas sim em conferência, uma vez que o Recorrente não havia cumprido com o que lhe impunha a legislação processual penal para poder fruir dessa prerrogativa.*

Segundo o acórdão reclamado, *o Recorrente limitou-se a invocar, sem concretizar o quer que seja, defender as suas posições sufragadas desde a primeira instância, tecer considerações e tirar ilações de supostas violações de princípios e normas constitucionais, sem concretizar, sobretudo, de que modo ocorreram essas invocadas violações. Ao certo, não há uma concretização do pretendido e quais são os fundamentos de que serve. o Recorrente não diz como é que o acórdão do STJ aplicou ou desaplicou de forma inconstitucional qualquer princípio ou norma da Constituição e/ou qualquer normativo do CPP.*

Essa forma inadequada de suscitar a questão de inconstitucionalidade que não se traduziu em concretizar, indicando com precisão as normas ou o sentido normativo com que teriam sido aplicadas normas reputadas inconstitucionais foi um outro motivo que esteve na origem da não admissão do recurso, apesar de o acórdão reclamado não o ter dito expressamente.

11. O aresto objeto desta reclamação, baseou-se, decisivamente, no motivo segundo o qual o recurso lhe parecia manifestamente infundado: *“Destarte, sendo manifestamente infundado, o presente recurso para o Tribunal Constitucional deve ser indeferido (art. 83.º, n.º3, “in fine”, da Lei n.º56/VI/2005, de 28/02).”*

Mais à frente far-se-á uma consideração breve sobre esse segmento decisório.

12. A presente impugnação padece das mesmas deficiências de que enfermam muitos recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade que têm sido dirigidos a esta Corte, em que, em vez de se suscitar a inconstitucionalidade de uma norma, se tem limitado a mencionar, fazer referência ou invocar preceitos, disposições, artigos, números, parágrafos, alíneas de textos normativos, como se fossem efetivamente normas.

Considerando que nem sempre um preceito ou uma disposição corresponde a uma norma jurídica, para efeito de fiscalização concreta, há que aplicar os métodos hermenêuticos para se poder extrair de determinados preceitos normas ou sentidos normativos.

Se a imprecisão na definição ou os contornos da norma não se revelam muito relevantes em fiscalização preventiva da constitucionalidade, na medida em que, nos termos do artigo 279.º da Lei Fundamental, a pronúncia pela inconstitucionalidade de uma só norma ou de um só segmento do preceito afeta o ato no seu todo, em sede de fiscalização concreta existe o ónus que impende sobre quem suscita a inconstitucionalidade de indicar com precisão a norma concreta que foi aplicada e com que sentido o tenha sido, para se evitar a confusão entre a fiscalização concreta e as formas de fiscalização abstrata e o recurso de amparo.

No caso vertente, o artigo 463.º do CPP, que segundo o reclamante teria sido aplicado, contém ou dele se pode extrair várias normas que o reclamante não se deu ao trabalho indicar ou construir o sentido real ou hipotético com que tenha sido aplicado como *ratio decidendi*.

13. A imprescindibilidade da indicação da norma que se reputa de inconstitucional para que se possa admitir a trâmite um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade tem vindo a ser reafirmada pelos sucessivos arestos desta Corte.

Conforme, o Acórdão n.º 74/2023, de 9 de maio, o recurso de fiscalização concreta – *ao contrário do recurso de amparo, que pode ser interposto até pelo próprio recorrente em nome próprio, justificando uma maior flexibilidade na apreciação – tem de ser, conforme prescrito pelo artigo 53 da Lei do Tribunal Constitucional, interposto por profissionais da área, concretamente advogados, que, para atuarem perante um órgão judicial superior especial como o Tribunal Constitucional, devem conhecer com a precisão exigida as condições legalmente exigidas, sobretudo a operação do seu principal pressuposto que é a indicação precisa da norma impugnada, que delimita o próprio objeto do recurso.*

Neste tipo de processo, impõe-se ao reclamante que apresente ao Pretório Constitucional os argumentos necessários a poder reverter a decisão e admitir o recurso. Para isso tem de construir uma peça adequada a essa finalidade, ao invés de apresentar um requerimento que se assemelha àquele de que se serviu para a interposição recurso do amparo.

Com efeito, uma simples busca nos arquivos desta Corte, conduz-nos ao recurso de amparo n.º 9/2023, interposto pelo mesmo reclamante, impugnando condutas que teriam sido adotadas pelo Venerando STJ, através do Acórdão n.º 4/2023, de 30 de junho e do qual emergiu o aresto ora reclamado. Acontece, porém, que esse recurso de amparo, que foi objeto do Acórdão de aperfeiçoamento n.º 59/2023, de 26 de abril, não foi sequer admitido porque o recorrente não apresentou os documentos necessários para apreciação do pedido dentro do prazo de dois dias que lhe tinha sido indicado, conforme o ACÓRDÃO N.º 91/2023, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 69, de 22 de junho de 2023.

Fica, assim, demonstrado que o recorrente tem dificuldades evidentes em manejar recursos constitucionais que se destinam a proteger os seus direitos, liberdades e garantias.

14. Como já se disse, ao reclamante cabia colocar essa questão na peça de reclamação, partindo da norma cuja aplicação impugnou para demonstrar a esta Corte que ela foi aplicada pelo órgão judicial recorrido ao contrário do que este arrazoou para a não admitir.

A este respeito o Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856, já tinha considerado que para se viabilizar um recurso de fiscalização concreta é imperioso que exista norma, que ela seja identificável e identificada, que tenha sido aplicada pelo órgão judicial e que tenha sido especificamente suscitada no processo.

A indicação da norma à qual se imputa vício de inconstitucionalidade é a condição mais importante, senão a principal, que recorrentes em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade devem satisfazer. Porque é isso que delimita o objeto do recurso de fiscalização concreta, recurso de impugnação de normas, não de condutas.

15. Trata-se de exigência que justifica especial atenção do Tribunal precisamente para garantir que, neste tipo de processo, na medida em que não se trata de meio idóneo de escrutínio geral de condutas promovidas pelos tribunais judiciais, mas meio específico de controlo constitucional de normas, somente possam tramitar impugnações de natureza constitucional que tenham esse objeto. Pois, em tais situações o que o Tribunal syndica é um

determinado sentido normativo que, de forma expressa ou implícita, o órgão judicial recorrido utilizou para decidir uma questão jurídica que tenha sido levada à sua apreciação.

O reclamante não se deu ao trabalho de construir essa norma e o Pretório Constitucional não pode fazê-lo em seu lugar, pelo que também não pode ter por certo que eventual norma que ele pretende por esta via impugnar tenha sido efetivamente aplicada no processo, condição cujo preenchimento era necessário, ainda que não suficiente, para a admissão do recurso. Assim, faltando aquele pressuposto de extrema importância, outra conclusão não pode ser tirada que não seja de que a presente reclamação não procede, na medida em que não cumpre todos os pressupostos e requisitos legalmente exigíveis, não tendo o reclamante indicado com precisão a norma que desafia por inconstitucional efetivamente aplicada pelo órgão reclamado.

16. Uma outra questão que se suscita nesta reclamação está relacionada com conclusão constante da alínea h) das conclusões: *“Tivesse o tribunal recorrido dúvidas quanto ao alcance do recurso do reclamante, tinha o poder de pedir o aperfeiçoamento, o que não fez, violando com isso os direitos fundamentais do reclamante.”*

Presume-se que o Reclamante quis referir-se ao dever legal de se convidar o recorrente a suprir os elementos previstos no artigo 82.º da LTC, quando estes não tenham sido indicados de forma processualmente adequada.

Ora, essa disposição não se aplica em sede de reclamação, como, aliás, é jurisprudência firme desta Corte. Pois a análise de uma reclamação visa tão somente verificar se a decisão de indeferimento procede ou não nos seus termos e fundamentação, e se os demais pressupostos e requisitos para a interposição do recurso de fiscalização concreta se encontram preenchidos. Logo, não seria legítimo que o Tribunal retroagisse processualmente para possibilitar a supressão de uma deficiência formal, permitindo ao recorrente a alteração da sua peça, e avaliando, a partir desse momento, a admissibilidade do recurso, porque ao assim proceder estaria a apreciar originariamente a questão, subtraindo uma competência dos tribunais judiciais.

17. O último aspeto a analisar-se tem que ver com o facto de o Supremo Tribunal de Justiça ter também invocado expressamente que a manifesta improcedência do recurso foi o motivo que determinou a sua não admissão.

O reclamante insurge-se contra esse segmento decisório, dizendo que não cabia ao Tribunal reclamado aferir sobre o mérito do recurso, ou seja, *não pode jogar e apitar ao mesmo tempo, por estarmos num Estado de Direito Democrático, isto, porque o tribunal reclamado, não obstante ter afirmado que o seu recurso era manifestamente infundado, deu-se ao trabalho de rebater os fundamentos apresentados, o que demonstra que se pronunciou sobre o mérito do mesmo.*

De facto, parece contraditório dizer-se que o recurso não pode ser admitido porque não se logrou indicar com precisão as normas reputadas inconstitucionais e que teriam servido de fundamento para proferir a decisão impugnada e ao mesmo tempo afirmar-se que este era manifestamente infundado.

Isto porque, além dos pressupostos clássicos/comuns/gerais para se admitir um recurso, como por exemplo, a competência, a legitimidade e a tempestividade, o recurso em que se suscita a fiscalização concreta da constitucionalidade exige requisitos específicos, nomeadamente, nos recursos interpostos ao abrigo das alíneas b), d) e) do n.º 1 do artigo 77, da LOFTC, como:

- *A inconstitucionalidade da norma ter sido previamente suscitada pelo recorrente durante o processo;*
- *Perante o tribunal que proferiu a decisão recorrida;*
- *A norma cuja inconstitucionalidade foi suscitada tenha sido aplicada pela decisão recorrida, constituindo assim um dos seus fundamentos normativos;*
- *Tenham sido esgotadas todas as vias de recurso ordinário,*

É certo que a lei também admite que o recurso deva ser indeferido quando este se mostre manifestamente infundado, atento o disposto na parte final do n.º 3 do artigo 83.º da Lei do Tribunal Constitucional.

Contudo, e por uma questão lógica, esse motivo alternativo ou subsidiário só pode ser invocado, nos casos em que, apesar de o recorrente apresentar todos os requisitos formais, a improcedência do recurso se apresente como óbvia ou ostensiva. Trata-se, por conseguinte, de uma causa residual de não admissão de recurso que radica efetivamente em razões substantivas. Ou seja, constitui uma situação única em que se permite antecipar o pronunciamento sobre o mérito, porque existe certeza quanto à sua inviabilidade.

Se for notório que o requerimento é ostensivamente inatendível porque a fundamentação é manifestamente incoerente, contém contradições lógicas e axiológicas objetivamente insanáveis, ou exista jurisprudência firme no sentido contrário à pretensão do recorrente, não se justifica admitir o recurso.

Nesses casos, deve-se evitar que um recurso fadado ao fracasso suba ao Tribunal Constitucional.

No caso em apreço, porém, é, pelo menos, duvidoso que se pudesse afirmar categoricamente que o recurso era manifestamente infundado, sem que se pudesse apreciar, ainda que perfunctoriamente, uma norma que tivesse sido aplicada.

18. Finalmente, é de se considerar que o facto de o reclamante não ter demonstrado que indicou uma norma precisa que tenha sido aplicada como *ratio decidendi* é suficiente para não admitir o recurso, sendo escusado, no caso, invocar a manifesta improcedência do recurso.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem:

a) Considerar improcedente a reclamação, porque o reclamante não indicou uma norma precisa que tenha sido aplicada como *ratio decidendi* das questões submetidas à apreciação do Supremo Tribunal de Justiça.

b) Condenar o Reclamante em custas que se fixam em 15.000\$00CV (quinze mil escudos), ao abrigo dos números 3 e 4 do artigo 94 da Lei do Tribunal Constitucional e 127.º do Código

de Custas Judiciais, aplicados com as devidas adaptações em função da natureza constitucional e especial do processo de fiscalização concreta da constitucionalidade.

Registe, notifique e publique.

Praia, 01 de agosto de 2023

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, 01 de agosto de 2023

O Secretário,

João Borges